

EDITORIAL - Forças Armadas e Guerras do Futuro

General
Gabriel Augusto do Espírito Santo



Conceber, armar e equipar, instruir e treinar forças armadas para conflitos do futuro constitui actualmente um debate que envolve planeadores da defesa e comandantes militares e que vai continuar, dando sequência às variadas e cíclicas revoluções militares que atravessam a História, muitas vezes construindo mitos e esquecendo a função essencial daquelas forças: combater quando necessário.

A natureza e formas das actuais guerras no globo, que por ser politicamente mais correcto se desejam enquadrar na classificação geral de conflitos, têm conduzido a encarar essas situações mais como operações de segurança do que de defesa, com as inerentes consequências na forma e vontade de combater das forças armadas e nos tradicionais parâmetros de planeamento da defesa. Há quem argumente que a natureza da guerra, no seu carácter trinitário concebido por Clausewitz é coisa do passado e fala-se de estratégias não-clausewitzianas.

O planeamento da defesa tem de admitir que a guerra vai continuar a existir, com ameaças imprevisíveis na natureza e localização, actores saindo da tradicional forma de estados dando lugar a organizações armadas não-estatais e coligações de vontades, locais de actuação longe dos solos pátrios, tempos de empenhamento da força militar dilatados no tempo, envolvimento crescente dessa força com populações, opiniões públicas e *media* hostis a baixas e custos. As guerras do futuro são difíceis de prever, levando os planeadores de defesa a construir cenários que passam por acções humanitárias, operações de apoio e estabilização de conflitos, contingências de pequena escala, guerras de teatro e guerras nucleares, representando o seu risco o produto da probabilidade de ocorrência pelos efeitos produzidos. A guerra nuclear considera-se improvável até acontecer.

O contínuo e quase ininterrupto uso das forças armadas do denominado Ocidente em conflitos, têm conduzido a situações que merecem alguma meditação. Por exemplo, e servindo-nos de dados estatísticos disponíveis e que conhecemos, as Forças Armadas dos EUA, num estudo recente, apresentam a seguinte situação:

- 60% dos elementos inquiridos (3 400 entrevistas, entre oficiais dos quatro Ramos) pensam que as Forças Armadas estão mais fracas hoje do que há 5 anos;
- 88% pensam que a guerra no Iraque conduziu a uma situação muito frágil das Forças Armadas;
- Numa escala de 1 a 10, o moral dos Ramos é assim avaliado: Força Aérea: 5,7; Exército: 7,9; Marines: 7,0; Marinha: 5,9;
- Na mesma escala e perguntado se os EUA estão preparados para combater um conflito num Teatro de Operações possível, as respostas foram as seguintes: no estreito da Formosa: 4,9; na Coreia do Norte: 4,7; no Irão: 4,5; na Síria: 5,1.

Numa tendência crescente para se avaliarem os conflitos violentos como confronto entre opositores com assimetria nas suas capacidades militares, enquadrados em situações gerais de segurança que podem ser resolvidos com a presença da força militar e com dúvidas sobre quem será capaz de obrigar alguém a defender, se necessário, num ambiente orçamental cada vez mais hostil a despesas com a defesa e com uma opinião pública esperando sempre “que o mal não chegue a casa”, planejar a defesa tornou-se tarefa ingrata. Refazem-se frequentemente antigos Conceitos de Defesa substituindo-os por Conceitos de Segurança e até alianças que basearam a sua solidez e duração no conceito de defesa colectiva, como a Aliança Atlântica, podem estar em crise quando procuram justificar-se em conceitos de segurança. Tendência que tem sido seguida na concepção, organização e emprego operacional da força militar procurando desenvolver capacidades militares de conjuntura (mobilidade estratégica, forças especiais, cooperação civil-militar, capacidades C4IR, armas não letais e outras) esquecendo capacidades militares estruturais da força militar para combaterem: o poder de fogo à distância e a mobilidade em combate.

Os alertas e avisos que se percebem na situação estratégica mundial mostram que há quem não tenha eliminado as situações de guerra nas suas avaliações de segurança, continuando a preparar-se para combater na defesa dos seus interesses.

Planeadores da defesa e comandantes militares devem fazer um alto para ajustar o rumo que vem sendo seguido, degradando as capacidades da força militar para combater e adormecendo a sua vontade de combater.

* Sócio Efectivo da Revista Militar. Presidente da Direcção.